

HABERMAS, 90 ANOS: A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E INTERESSE E A ATUALIDADE DA TEORIA CRÍTICA

Wilson Levy¹

Universidade Nove de Julho

Luis Fernando Massonetto²

Universidade Nove de Julho

Resumo: O presente ensaio, elaborado para um *Festschrift* em homenagem aos 90 anos do filósofo alemão Jürgen Habermas, tem por objetivo discutir a atualidade de sua obra a partir de dois textos do autor: *Conhecimento e Interesse*, e *Teoria e Prática*. O objetivo, com isso, é compreender de que maneira tais trabalhos são estruturantes para a maneira de pensar do autor, em conformidade com os propósitos de uma teoria crítica que seja ao mesmo tempo teórico-explicativa e crítico-normativa. Para tanto, serão investigados, além dessas obras, textos e fragmentos de comentadores de Habermas. Espera-se como resultado demonstrar a atualidade do pensamento do autor homenageado e, ao mesmo tempo, de sua forma de organizar e explicar problemas teóricos e práticos.

Palavras-chave: teoria crítica, emancipação, conhecimento e interesse, teoria e prática.

Abstract: This essay, prepared for a *Festschrift* in honour of the 90th birthday of German philosopher Jürgen Habermas, aims to discuss the actuality of his work based on two texts: *Knowledge and Interest*, and *Theory and Practice*. The aim is to understand how such works are structuring the author's way of thinking, in accordance with the purposes of a critical theory that is both theoretical-explanatory and critical-normative. The result is expected to demonstrate the actuality of the thought of Habermas and, at the same time, his way of organizing and explaining theoretical and practical problems.

Keywords: critical theory, emancipation, knowledge and interest, theory and practice.

Introdução

Festejar o aniversário de um pensador vivo é uma tarefa que pode ser realizada pelo menos de duas maneiras: a primeira, encarando seu pensamento de forma estática, qual uma fotografia, tecendo comentários elogiosos sobre seus feitos acadêmicos e sobre sua relevância para a tradição do pensamento.

¹ Doutor em Direito Urbanístico pela PUC-SP com estágio de pós-doutoramento em Urbanismo pela Mackenzie e em Direito da Cidade pela UERJ. Diretor do programa de pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE. E-mail: wilsonlevy@gmail.com.

² Doutor em Direito pela USP. Professor adjunto da Faculdade de Direito da USP. Professor permanente do programa de pós-graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE. E-mail: lmassonetto@gmail.com.

A segunda, identificando a potência de suas ideias, de modo a traduzir as bases de seu percurso intelectual como impulsionadoras de novas reflexões e imprimir um caráter dinâmico e vivo a elas.

Neste trabalho, dedicado à comemoração de 90 anos do filósofo alemão Jürgen Habermas, a abordagem enveredará pela segunda forma de homenagem. É preciso, contudo, dar uma nota introdutória bastante específica: a despeito de ser parte de um *Festschrift*, o artigo que ora se apresenta não pretende ser hagiográfico. Dito de outro modo, não pretende tecer elogios à exuberante produção deste que é o último filósofo vivoda segunda geração da Escola de Frankfurt.

Em primeiro lugar, porque o elogio seria supérfluo: Habermas é provavelmente um dos últimos autores vivos a buscar, por meio de sua produção intelectual, um programa pesquisa de alcance e extensão ambiciosos. Isso, por si, já basta para inscrevê-lo entre os grandes. Sua vasta produção vai da análise crítica do marxismo à teoria democrática; da psicologia social à filosofia da linguagem; da ética à religião; do estudo sistemático do projeto filosófico da modernidade à teoria do direito.

Em segundo lugar porque a melhor forma de homenageá-lo é justamente pinçar aspectos de trajetória e descrevê-los de modo a evidenciar sua atualidade. É o que se buscará fazer aqui, a partir da análise conjunta de excertos de dois livros pouco explorados do autor, a saber: *Conhecimento e Interesse* e *Teoria e Prática*. Estes dois livros – e é o que se buscará apresentar aqui – trazem elementos de um *framework*, ou de um modo de pensar, que acompanha Habermas até os dias de hoje, e que é responsável, em grande medida, pela peculiar contribuição à ciência que ele dá como homem da Academia e como intelectual público. Com isso, espera-se apresentar aos leitores uma abordagem específica dessas duas obras que demonstrem seu papel estruturante na maneira como o autor organiza suas ideias, destacando, assim, sua atualidade e importância.

1. Teoria Crítica e *Conhecimento e interesse*

A relação entre conhecimento e interesse foi objeto de estudo de uma obra homônima de Habermas (no original, *Erkenntnis und Interesse*), publicada em 1968. O texto recebeu um posfácio na edição de 1973, ao qual se somou um artigo com amplas revisões críticas e objeções, intitulado *Depois de Trinta Anos – Notas acerca de Conhecimento e Interesse* (no original, *Nachdreißig Jahren: Bemerkungen zu Erkenntnis und Interesse*).

Para compreender sua inserção na tradição de pensamento na qual ela se insere, todavia, é indispensável recordar, em breve análise, que o interesse emancipatório teve sua feição moderna extraída dos escritos de Immanuel

Kant e, em especial, do texto *Resposta à pergunta: o que é Esclarecimento?* (no original, *Antwort auf die Frage: Was ist Aufklärung?*). De acordo com o autor, o esclarecimento é o pressuposto da emancipação humana, ou seja, “a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável”, através do uso público da razão e do discernimento – o elemento que nos distingue das demais formas de vida – num contexto de homens livres e iguais.

O Esclarecimento pode ser visto como o principal pilar do projeto filosófico da modernidade. Inaugurado sob os presságios da Revolução Francesa, no século XVIII, pretendia eliminar todas as formas de arbítrio e tutela exterior que condicionavam a humanidade a um estado de permanente minoridade. Liberto dos grilhões impostos pelas explicações mágicas dos fenômenos da natureza e da correição divina impostos pela Igreja Católica, de um lado, e de uma estratificação engessada da sociedade derivada dos regimes monárquicos, estaria o homem livre para submeter a si próprio e à natureza exterior aos ditames da razão.

O Esclarecimento aparece, portanto, na história do Ocidente, como momento de transição de uma ordem social organizada pela unidade de uma razão substantiva, que hierarquiza todos os domínios da vida segundo a visão de mundo da cristandade, para uma sociedade fragmentada entre uma miríade de esferas de valor autônomas entre si. O recorte kantiano entre a razão pura da metafísica enquanto ciência, a razão legisladora da moral e a razão da faculdade de juízo estético ganha expressão institucional com a emergência da Modernidade, consolidando-se na especialização dos regimes discursivos das ciências, da ordem jurídica e das artes. É precisamente este o fenômeno que Max Weber designou por “politeísmo dos valores”. É uma condição de possibilidade da neutralidade axiológica da cognição científica, portanto, a instituição de uma esfera autônoma, isto é, regida por práticas discursivas que não se submetem à estrutura teológico política do Antigo Regime.

A noção moderna de ciência é uma consequência desse período. Ao lançar a razão como forma de enfrentar o desafio de compreender os fenômenos naturais, explicá-los e controlá-los, a modernidade impôs ao cientista o dever de se livrar de toda forma de subjetividade que pudesse interferir nos resultados de seus experimentos. A isso se somava a visão de que o objeto de análise só seria integralmente conhecido pelo *cogito* do estudioso se fosse dividido em tantas partes quantas fossem necessárias a esse acesso.

Mesmo as ciências sociais foram fortemente influenciadas pela visão positivista, fazendo concessões a uma visão fragmentária e tributária de uma

³ KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: que é esclarecimento?* Trad. Luiz Paulo Rouanet. Disponível em: <http://ensinarfilosofia.com.br/pdfs/e_livros/47.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2014.

sistematicidade típica das ciências naturais. A contemporaneidade revelou, contudo, o caráter fantasioso ou, no mínimo, limitado, dessa forma de produzir ciência. Afinal, o cientista é um ser historicamente situado e dotado de caracteres subjetivos impossíveis de serem extirpados. Os componentes escamoteados que dirigem o discernimento do sujeito são somados a isso, dentre os quais se situa o elemento do poder, inato à existência intersubjetiva.

Os bloqueios estruturais da razão enquanto expressão dessa forma de análise foram identificados com clareza pela primeira geração da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Fonte de prolífica e ainda atual abordagem, essa corrente de pensamento originada no Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) na segunda década do século XX e representada por nomes como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, além de Herbert Marcuse, Friederich Pollock e Walter Benjamin, dirigia-se à compreensão do esgotamento do projeto revolucionário contido nos escritos marxistas, por meio da ambiciosa perspectiva do materialismo interdisciplinar⁴.

A perspectiva, à sua época, contrastava com a visão darwinista do social, típica de um materialismo mecanicista, que enxergava na revolução enquanto acontecimento inserido numa linha evolucionista e irremediável. Incorporava aspectos de outras especialidades, que contribuíam para o desiderato de promover um diagnóstico do tempo presente com vistas ao desenho de enunciados crítico-normativos. Temas como a teoria da cultura, a psicanálise (de matriz freudiana) e outros passaram a somar esforços com os clássicos da filosofia social. Max Horkheimer, no ensaio seminal *Teoria Tradicional e Teoria Crítica (Traditionelle und kritische Theorie)*, de 1937, enuncia a singularidade da posição do teórico crítico em contraposição à noção de neutralidade axiológica, que justamente deveria orientar a cognição científica

⁴ O tema não será, por evidente, aprofundado neste breve estudo. É importante retomar, porém, a detalhada reflexão de Max Horkheimer a respeito dos papéis da filosofia social, que renunciam à introspeção que a unidade do indivíduo racional de Kant provoca. Com ele: "A relação entre as disciplinas filosóficas e cada disciplina científica individual correspondente não pode ser entendida no sentido de que a filosofia trata os problemas decisivos e constrói teorias não contestáveis pelas ciências experimentais, sendo seus próprios conceitos de realidade sistemas que abarcam a totalidade, enquanto, ao contrário, a pesquisa empírica recolhe os seus dados particulares através de um trabalho longo e tedioso, que se fragmenta em milhares de problemas parciais, para não chegar senão ao caos da especialização. Essa concepção, segundo a qual o pesquisador deve considerar a filosofia talvez como um belo exercício, mas cientificamente infrutífero, porque inverificável, enquanto o filósofo deve se emancipar da pesquisa particular, acreditando que mesmo as mais importantes decisões não podem esperar os seus resultados, está superada atualmente pela ideia de uma contínua interpenetração e desenvolvimento dialéticos entre a teoria filosófica e a prática da ciência particular". HORKHEIMER, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais (1931). Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Isabel Loureiro. Revista *Praga – Estudos Marxistas* n. 7. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 128.

tradicional. Em oposição à corrente de concepções que, de Descartes a Husserl, consideravam o saber teórico como um conjunto fechado e sistemático de proposições unidas por operações lógico-dedutivas, Horkheimer erige a teoria crítica a partir do compromisso da teoria com a práxis transformadora, com um horizonte de emancipação. Isto porque, para Horkheimer, a teoria tradicional, sob o dogma da neutralidade axiológica, compromete-se, na realidade, em afirmar a totalidade aparente pela qual se apresenta a sociedade burguesa.

No entanto, se, na década de 1930, o marxismo interdisciplinar frankfurtiano ainda podia postular o horizonte da teoria crítica como o compromisso com a práxis transformadora, na década de 1940, a desistência histórica do operariado alemão enquanto sujeito revolucionário e os horrores do nacional socialismo farão emergir um novo paradigma no interior do Instituto de Pesquisa Social. A contar com o diagnóstico de Moishe Postone⁵, o ocaso do horizonte de emancipação evidenciaria uma “virada pessimista” nos trabalhos de Adorno e Horkheimer, decorrente da análise de Friedrich Pollock do fenômeno do capitalismo do Estado.

Em 1941, Friedrich Pollock, a quem a obra *Dialética do Esclarecimento* é dedicada, publica dois artigos analisando a constituição econômica tanto do nacional socialismo quanto do sistema soviético — *Capitalismo de Estado (State Capitalism)* e *É o Nacional Socialismo uma Nova Ordem? (Is National Socialism a New Order?)*. Nestes, toma forma a análise de um novo desdobramento histórico da ordem capitalista, o capitalismo de Estado, tipo ideal pelo qual se designava a existência de uma economia de mercado submetida ao planejamento estatal. Para Pollock, o capitalismo de Estado poderia assumir feições tanto autoritárias como democráticas, sendo sua característica principal a coexistência do regime de propriedade privada com o planejamento estatal do sistema de formação de preços. Controlando a dinâmica de produção e distribuição dos bens de uma sociedade, o Estado transformaria o capitalista, proprietário privado, em mero rentista. Além disso, a determinação política passaria a dirigir o processo econômico, eliminando do horizonte as tendências de crise características do capitalismo liberal.

Os entraves teóricos encontrados pela primeira geração de autores da Escola de Frankfurt foram de enorme magnitude e conduziram a uma leitura pessimista acerca de uma possível superação de um "capitalismo administrado" que asfixiava os fins últimos do socialismo, furtando-lhe o caráter inexorável impresso pelos estudos marxistas originais. É a leitura que se extrai da obra

⁵Conforme elaborado no terceiro capítulo de POSTONE, Moishe. *Time, Labour, and Social Domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Dialética do Esclarecimento (Dialektik der Aufklärung), escrita por Adorno e Horkheimer em 1947.

Habermas, herdeiro da teoria crítica da Escola de Frankfurt, se depara exatamente com esse desafio: ressignificar o pensamento crítico peculiar do *Institut für Sozialforschung*. Seu programa de estudos é extenso e as obras indicadas na introdução pertencem a uma origem que, como se sabe, não poupou mudanças de visão. Tal programa de estudos, que busca resgatar os potenciais adormecidos da modernidade e recuperar o traço emancipatório da razão, superando o beco sem saída que seus antecessores, notadamente Adorno e Horkheimer, imprimiram a filosofia social na obra "Dialética do Esclarecimento" (*Dialektik der Aufklärung*, de 1947).

Essa é a missão da autorreflexão das ciências sociais proposta por Habermas. Ela é levada a cabo mediante a releitura de uma série de autores que se debruçaram, cada qual a partir de uma tradição específica de pensamento, a elaborar esquemas teóricos capazes de fornecer um quadro explicativo para fenômenos sociais de seu tempo. Nesse percurso, feito de maneira retrospectiva, Habermas apontará a existência de lacunas no interior de cada abordagem e promoverá sua reconstrução reflexiva, recorrendo, para tanto, ao método histórico-hermenêutico.

Nesse procedimento, procurará resgatar a unidade entre conhecimento e interesse. A análise feita pelo autor explora a sucessão encadeada das discussões operadas no interior dos textos de Kant, Hegel e Marx para promover uma crítica do conhecimento que faz imergir sua própria dependência das aquisições conceituais pretéritas.

Não se trata de um exercício diletante de crítica. O propósito da obra de efetuar uma autorreflexão das ciências sociais parte do acoplamento do conhecimento ao único interesse que o autor entende imanente da humanidade: o interesse emancipatório. De acordo com Barbara Freitag,

Habermas não permanece na reconstituição reflexiva. Essa contém, segundo ele, um interesse prático: o da elaboração do conhecimento, de forma tal, que experiências do passado possam contribuir para a definição dos passos a serem seguidos – conscientemente – no futuro. A hermenêutica não só transmite experiências de contextos anteriores para um contexto novo; ela também traduz, a partir do interesse do contexto atual, os elementos úteis de contextos anteriores⁶.

A dinâmica operacional do olhar impresso em *Conhecimento e interesse* é baseada num papel mediador da linguagem. É ela verdadeira meta-instituição social, posto ser através dela que se viabiliza a interação e a troca de

⁶ FREITAG, Barbara. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 12.

informações necessárias à formação de conceitos trasladados em contextos práticos. Aqui, porém, cabe ao interesse emancipatório impor o dever da transcendência, para refletir acerca dos próprios condicionantes linguísticos⁷. Esses, por sua vez, não podem ser escamoteados exatamente porque a linguagem, no contexto da interação, exerce também uma função de legitimação das relações de dominação impregnadas por deturpações.

Para Robert Brandom, a preocupação do filósofo alemão com o tema da linguagem, desde os anos 1970, dava conta de três ideias inter-relacionadas. São elas:

A ideia de que a modernidade tanto traz à luz do dia a questão da necessidade de pretensões legítimas à autoridade, como inaugura uma forma especificamente moderna de poder - que é exercida justamente através de estruturas sistematicamente distorcidas de comunicação e legitimação. Essas distorções são reveladas por genealogias, que explicam nossas atitudes em termos de causas que não fornecem razões para elas. A ideia de que, embora a percepção desse fato comprometa algumas das expectativas do Esclarecimento quanto à possibilidade de chegar à liberdade pela razão, ele não precisa ser entendido, em que pese as conclusões extraídas pelo Romantismo, como prova de que essa ideia estaria inteiramente errada. Pois, quando relações de poder e dominação assumem esse disfarce novo e mais enganoso, elas se tornam passíveis de novas formas de resistência por meio do desenvolvimento de discursos críticos emancipatório. A ideia da ética do discurso é um tipo de teoria política que é derivada de uma concepção de nós mesmos como seres essencialmente discursivos⁸.

À linguagem soma-se o *plus* reflexivo fornecido pela psicanálise de Freud. É através dos ferramentais interpretativos desse tipo peculiar de abordagem que ele obtém balizas técnicas e sistemáticas para atingir as distorções comunicacionais da linguagem, tal como ocorre na atuação do terapeuta frente ao paciente. A prática terapêutica consiste na tentativa de se chegar às distorções escondidas no inconsciente, que devem ser trazidas à tona, para que seus efeitos práticos no nível consciente sejam dissipados. Sem

⁷ O próprio autor retorna ao tema no segundo texto revisional para confirmá-lo: “Concordo com a opinião de Foucault de que o poder, que não quer tomar-se a si mesmo como verdadeiro, se prende nos poros de discursos e em práticas cotidianas. A micro análise desse poder necessita de uma generalização teórica de fundo que justifique o ‘sistemático’ na diversidade das comunicações sistematicamente distorcidas”. HABERMAS, Jürgen. Depois de trinta anos: notas acerca de Conhecimento e Interesse. In. *Problemata* – Revista Internacional de Filosofia. v. 02, n. 01. João Pessoa: UFPB, 2011, p. 335.

⁸ BRANDON, Robert B. Para a reconciliação de dois heróis: Habermas e Hegel. Trad. Fernando Costa Mattos. In. *Novos Estudos* – CEBRAP, n. 95. São Paulo: março de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

essa providência, é impossível efetuar uma revisão completa dos conteúdos contingentes e dos bloqueios estruturais das comunicações livres de coerção, na medida em que eles permanecem incompreensíveis para o próprio sujeito da comunicação.

Em *Conhecimento e interesse*, Habermas já sustentava que

Ponto de partida da teoria é a experiência da resistência, precisamente esta força que bloqueia e se contrapõe à livre e pública comunicação dos conteúdos recalçados. O tornar-consciente analítico demonstra-se como reflexão pelo fato de tratar-se não apenas de um processo que ocorre ao nível cognitivo, mas de um processo que dissipa, simultaneamente, resistências no plano afetivo. A limitação dogmática de uma falsa consciência mede-se não apenas pela *ausência*, mas pela *inacessibilidade* específica da informação; ela não apenas perfaz uma falha cognitiva, mas esta carência encontra-se fixada em base de atitudes afetivas por meio de critérios apropriados por costume. É por isso que a simples comunicação de informações e a designação de resistências não possuem, por si, um efeito terapêutico⁹.

Para Freitag,

A tradução do código privatizado para a linguagem comum, alcançada através do tratamento psicanalítico, desvenda lembranças até então bloqueadas de fases importantes de sua história de vida, tornando consciente o próprio processo de formação. [...] Esse trabalho analítico é uma elaboração (*Durcharbeiten*) de experiências vividas, lembranças, sonhos, atos falhos, em que não só tomam parte ativa o analista, mas também o paciente. Ambos realizam um trabalho cognitivo, intelectual, crítico e autorreflexivo, porém dentro de um esquema de divisão de trabalho especial. O analista reconstrói o esquecido através dos fragmentos da lembrança consciente a ele comunicados pelo paciente, oferecendo-lhe modelos de interpretação que esse reconhecerá como verdadeiros ou falsos à base de suas recordações até então esquecidas ou reprimidas, superando, assim, as barreiras que impediam o seu reconhecimento¹⁰.

⁹ HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e Interesse*. Trad. José Nicolau Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 247.

¹⁰FREITAG, Barbara. *Op. Cit.*, p. 24. Habermas insiste nessa abordagem mesmo na última revisão feita ao texto seminal. Com ele: "A derivação do modelo estrutural (de 'id', 'ego' e 'superego') de experiências específicas do diálogo analítico entre paciente e médico me conduziu ao conceito de comunicação sistematicamente distorcida. A compreensão dialógica da autorreflexão – no sentido de um esclarecimento comunicativo acerca dos motivos inconscientes – também permite uma interpretação sociológica dos mecanismos de defesa: estes estabelecem um distúrbio interpessoal da comunicação do paciente consigo mesmo. Lamento que não pude verificar minhas Reflexões acerca da patologia comunicativa com investigações empíricas". HABERMAS, Jürgen. *Op. Cit.*, p. 338.

Verifica-se semelhante inspiração, em outra forma, na própria *Dialética do Esclarecimento*. Se Habermas é acusado por alguns críticos de apresentar um trabalho metodologicamente frágil, porque baseado em apreensões concatenadas por um interesse previamente assumido, e, por isso, uma análise marcada por estilizações, a inspiração parece estar naqueles que o antecederam, sobretudo nos estudos orientados por interesses também presentes no materialismo interdisciplinar.

Leituras mais recentes da Dialética do Esclarecimento apontam para sentidos diferentes. É o que sustentam Inara Luisa Marin e Marcos Nobre:

Se há, portanto, uma unidade crítica na *Dialética do Esclarecimento* a ser encontrada para além da contradição performativa e da aporia inerte, essa unidade está, a nosso ver, em uma leitura interessada de Freud que realizaram Horkheimer e Adorno. [...] Se Horkheimer e Adorno pretendem responder a problemas de inspiração freudiana, partem também do pressuposto de que a teoria freudiana sozinha não é capaz de respondê-las, ao mesmo tempo em que a tradução das constelações conceituais freudianas em teoria social tem ao final por resultado uma radical transformação desse ponto de partida¹¹.

A verdadeira indulgência que o excerto traz permite recolocar a questão do *framework* habermasiano em outro patamar. É o que se aprofundará no item a seguir.

2. Teoria e Práxis

O cenário exposto no ponto anterior conduziria um leitor desatento a um recorte parcial, capaz de resvalar em imperfeições. Isso não serve ao fim de produzir um percurso lógico seguro e definitivo de onde se queira chegar e tampouco permite compreender o caráter dinâmico do pensamento de Habermas. Daí que se torna indispensável dedicar algumas linhas à releitura que ele faz de si próprio em *Teoria e Práxis* (*Theorie und Praxis*, aqui na reedição de 1971).

Ao fazê-lo, a ideia é situar não apenas os problemas reconhecidos pelo autor na releitura crítica de *Conhecimento e interesse*. Trata-se de identificar onde se encontra sua persistência como modelo teórico e em quais termos. Em outras palavras, se buscará responder à pergunta: a revisão eliminou os fundamentos de uma crítica do conhecimento e de um programa de estudos, ou apenas ajustou seus parâmetros?

¹¹ MARIN, InaraLuisa e NOBRE, Marcos. Uma nova antropologia. Unidade crítica e arranjo interdisciplinar na *Dialética do Esclarecimento*. In. Cadernos de Filosofia Alemã, n. 20, jul-dez/2012, p.121.

A escolha não é fortuita, na medida em que o texto aqui abordado se predispôs à crítica da obra anterior. Para os fins propedêuticos a que se destina este capítulo, basta a referência à Introdução à Nova Edição. Ali, Habermas descortina uma vista panorâmica sobre a obra publicada poucos anos antes¹².

O texto revela três objeções do autor, que são expostas e sustentadas ao longo de suas páginas. São elas: a) o *status* insuficientemente esclarecido dos interesses condutores do conhecimento, na exata expressão de Habermas, reduzidos a uma fórmula "quase transcendental"; b) a equivalência entre conhecimento e interesse emancipatório do conhecimento, derivado do discernimento produzido pela autorreflexão¹³; c) a fragilidade do modelo da psicanálise para a teoria da sociedade, na medida em que essa linguagem, associada a regras artificiais, não é suficiente para operar a transposição da crítica para a autolibertação em contextos coletivos, justamente por omitir a dimensão da organização política, necessária à superação dos dogmatismos dominantes nas instituições sociais.

Os itens "b" e "c" podem ser lidos e compreendidos em conjunto.

A acusação de que o vínculo entre conhecimento e interesse emancipatório do conhecimento representaria um dogmatismo incompatível com a própria natureza da razão esbarra, na visão de Habermas, numa visão estreita de conhecimento, encerrada em interesses inferiores, tais como a técnica, e que não se afiguram como variáveis das normas da ação. Estas, por sua vez, apontam "para além do reconhecimento de pretensões de validade resgatadas de modo discursivo"¹⁴. A lógica, portanto, é outra: tais componentes no máximo fundamentam problematizações.

O interesse emancipatório possui contornos mais específicos e emana das ciências do tipo crítico. Elas não se fundam em pressupostos obtidos de maneira inocente, como dados da matemática e da lógica, tidos como revestidos com um verniz de pureza. Sua reconstrução não se fundamenta na autorreflexão e não tratam de componentes cognitivos da práxis. A chave para o salto que levará ao interesse emancipatório está no caráter da autorreflexão, ou, dito de outra forma, nas disciplinas que incorporam esse proceder.

¹² É notável a rapidez com que a revisão é proposta – cerca de 3 anos depois da publicação da primeira edição de *Conhecimento e Interesse*.

¹³ Afinal, "na medida em que admitimos que também é inerente à razão um partidarismo pela própria razão, então a pretensão de universalidade que a reflexão deve erguer como conhecimento é incompatível com a particularidade que está imbricada em todo interesse, também no interesse voltado à autolibertação". HABERMAS, Jürgen. *Teoria e Práxis* – Estudos de Filosofia Moral. Trad. Rúriom Soares Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2013, p. 44.

¹⁴ *Idem*, p. 54.

Para exemplificar essa distinção, Habermas lembra que a institucionalização de discursos, em determinadas condições, propicia conquistas apreciáveis para uma teoria do desenvolvimento social. É o caso da "institucionalização de discursos em que pretensões de validade ligadas a questões práticas e a decisões políticas deveriam ser continuamente colocadas em questão e examinadas"¹⁵, que, posto em movimento na Inglaterra do século XVII, no continente europeu e nos EUA, deu origem à esfera pública burguesa e à democracia representativa.

Numa escala evolutiva, tal institucionalização foi, em si, autorreflexiva, porque, discursivamente, operou a transposição da teoria para a práxis e permitiu que se alcançasse um novo degrau no desenvolvimento das sociedades. Foi, então, uma forma de práxis viabilizada através de uma ação comunicativa baseada em trocas discursivas, que incorporaram um "mecanismo de aprendizagem sistemicamente relevante"¹⁶.

A identificação de circunstâncias aporéticas nesse modelo, feita por Karl Marx na crítica da economia política – fundada na crítica da ideologia – deu ensejo à formação de uma demanda por autorreflexão do proletariado, em âmbito interno, que fomentasse a ação prática do Partido Comunista. Como afirma o autor, "a vanguarda do proletariado precisa dominar ambas as coisas: a crítica das armas e as armas da crítica"¹⁷.

Com isso, torna-se insustentável qualquer crítica à autorreflexão enquanto dado pertencente a uma análise pré-política insuficiente e, talvez, ingênua. Afinal, a luta política, ao se situar dentro de situações concretas em que há a institucionalização discursiva, deve encarar a dependência de uma teoria que favoreça o esclarecimento dos participantes - as classes sociais, no caso de Marx - sobre si mesmas e permita a formação discursiva da vontade como princípio da organização social.

Por essa razão, o interesse emancipatório deve se orientar como forma de enfrentar "a coerção [...] na forma de um exercício normativo de poder nas estruturas da comunicação distorcida, ou seja, institucionalizada como dominação"¹⁸. Ela se distingue da forma de conhecimento técnico ou orientado a resolver problemas práticos, porque está vinculada a um sistema de referência ação-discurso, que não se esgota num saber teórico – o qual, afinal, não encaminha a nenhuma intencionalidade que vá além da experimentação científica.

¹⁵ Idem, p. 61.

¹⁶ Idem, p. 60.

¹⁷ Idem, p. 63.

¹⁸ Idem, p. 55.

Aqui, volta à tona o papel da leitura psicanalítica, coadunada com o tipo de conhecimento que tem interesse emancipatório. Ainda que a subordinação voluntária do paciente ao terapeuta seja completamente diferente da subordinação involuntária entre classes sociais, permanece inalterada a dimensão da autorreflexão:

A autorreflexão conduz ao discernimento à medida que algo que era inconsciente se torna consciente de maneira prática cheia de consequências: *insights* [discernimentos] analíticos intervêm na vida, se eu puder tomar emprestada essa expressão dramática de Wittgenstein. [...] Essa situação pode ser esclarecida se entendermos que a autorreflexão, tal como se mostra no padrão do diálogo analítico entre médico e paciente, não é um discurso, mas opera ao mesmo tempo de modo menos e mais exigente do que um discurso¹⁹.

Na psicanálise, ainda, a autorreflexão adquire ares de um procedimento. Ela depende de reconstruções e, quando ambas se relacionam, visualiza-se um interesse emancipatório. Afinal,

À medida que o paciente aceita as interpretações propostas e "praticadas" pelo médico, confirmando-as como acertadas, descobre-se, ao mesmo tempo, um autoengano. A interpretação verdadeira possibilita simultaneamente a veracidade do sujeito nos proferimentos com os quais até agora (por causa de um outro sujeito, pelo menos) ele havia se enganado²⁰.

Como se vê, a da proposta habermasiana e, em sentido mais extenso, da própria teoria crítica, pouco se alterou nas revisões efetuadas nos textos posteriores. A coerência da abordagem, nesse quadro, deve ser analisada dentro do quadro de pressupostos de sua própria tradição, e não externamente. Essa a tentativa do autor de reler aquilo que escreveu, com o fim de fechar pontos em aberto, esclarecer eventuais imprecisões e atualizá-la à luz de leituras posteriores.

Daí que os movimentos de atualização e de crítica não significam, neste particular, um abandono. Respondendo à pergunta lançada no início deste ponto, trata-se, em verdade, de um ajuste de parâmetros programado, porque inserido na própria dinâmica de atualização do conhecimento, que, todavia, não lhe afeta a estrutura básica.

A utilidade desse olhar deve ser avaliada sob o signo da persistência de suas ideias como componentes indispensáveis à análise de um sem número de

¹⁹ Idem, p. 56.

²⁰ Idem, p. 58.

situações. E que pode revelar, pela amplitude de aplicações, um fôlego raro, que demonstra a força da teoria crítica na contemporaneidade.

Conclusão

Os dois excertos analisados neste artigo mostram, a um só tempo, um modo de pensar que influenciou fortemente a trajetória intelectual de Jürgen Habermas e uma maneira de enfrentar problemas teóricos (e práticos) segundo uma organização peculiar do pensamento. Ambos apontam para aprofundar a atualidade do pensamento de Habermas e, ao mesmo tempo, a força da teoria crítica.

Ao reorganizar a relação entre conhecimento e interesse, colocando a (necessária) vinculação dos primeiro ao interesse emancipatório, Habermas aponta para um *moto perpetuo* dinâmico, cuja operação pode ser replicada no mesmo compasso da evolução da ciência em suas mais variadas áreas, mantendo vivo o binômio “diagnóstico do tempo presente” e “orientação para a emancipação” que marca sua tradição do pensamento.

Mesmo com as objeções trazidas pelas revisões posteriores da obra *Conhecimento e interesse*, o quadro não se alterou. Trata-se, nesse sentido, de uma forma peculiar de operacionalizar os propósitos emancipatórios da racionalidade e de iniciar um percurso de superação – que Habermas desenvolve melhor em suas obras posteriores – das aporias da razão instrumental.

Aliás, a própria leitura conjunta da obra *Teoria e Práxis* fornece, numa perspectiva de complementaridade, uma proposta bastante interessante de consolidação do *framework* reflexivo do filósofo alemão, que se apropria de elementos da psicanálise e antecipa, inclusive, as suas preocupações no campo da Filosofia da Linguagem e da Ética do Discurso, presentes nas obras posteriores sobre a teoria do agir comunicativo e, também, no livro *Direito e Democracia (Faktizität und Geltung, 1992)*.

Referências

BRANDON, R. B. “Para a reconciliação de dois heróis: Habermas e Hegel. Trad. Fernando Costa Mattos”. In. *Novos Estudos* – CEBRAP, n. 95. São Paulo: março de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002013000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

FREITAG, B. *Dialogando com Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

KANT, I. *Resposta à pergunta: que é esclarecimento?* Trad. Luiz Paulo Rouanet. Disponível em: <http://ensinarfilosofia.com.br/pdfs/e_livros/47.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

MARIN, Inara L.; NOBRE, Marcos. “Uma nova antropologia. Unidade crítica e arranjo interdisciplinar na *Dialética do Esclarecimento*”. In. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 20, jul-dez/2012.

HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Trad. José Nicolau Heck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. “Depois de trinta anos: notas acerca de Conhecimento e Interesse”. In. *Problemata – Revista Internacional de Filosofia*. v.2, n.1. João Pessoa: UFPB, 2011.

_____. *Nachdreißig Jahren: Bemerkungen zu Erkenntnis und Interesse*. Berlin: Meiner Felix Verlag GmbH, 2008.

_____. *Teoria e Práxis – Estudos de Filosofia Moral*. Trad. Rúrion Soares Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HORKHEIMER, M. “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais (1931)”. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Isabel Loureiro. In: *Revista Praga – Estudos Marxistas* n. 7. São Paulo: Hucitec, 1999.

POSTONE, M. *Time, Labour, and Social Domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.